

CENSO ESCOLAR DE 1964 E PERSPECTIVAS DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO NO BRASIL

João Roberto Moreira

Técnico de Educação do C.B.P.E.

1. O porquê do Censo Escolar.

Geralmente os censos demográficos, no que diz respeito à escolarização, limitam-se a registrar as pessoas que sabem e não sabem ler e escrever, isto é, o número de alfabetizados e analfabetos do País. Além disso, o Censo Demográfico pode acusar, como em 1950, as pessoas presentes que possuem curso completo (elementar, médio e superior).

É claro que esses dados são valiosos e permitem estabelecer a curva de desenvolvimento quantitativo do ensino, e, com base nela, a estimativa de desenvolvimento futuro.

Entretanto, os dois tipos de dados censitários se tornam insuficientes, se quisermos considerar certos aspectos da dinâmica quantitativa. Saber, por exemplo, que, em 1900, 42,5% das pessoas de 15 e mais anos de idade eram alfabetizadas, que, em 1920, esse número relativo decrescia para 35,2%, subindo para 43,8% em 1940, para 49,7% em 1950, e para 60% em 1960, permite fazer a estimativa de que, mais ou menos em 2093, toda a população de 15 e mais anos de idade provavelmente estará alfabetizada, se for mantida a taxa de 1900 para 1960. Mas, se tomarmos apenas o período de 1940 a 1960 para base de cálculo, verificamos que isso poderia acontecer (a erradicação do analfabetismo) mais ou menos em 2010, e, se a base for o período de 1950-60, entre 1999 e 2000.

Acredito que nenhuma das hipóteses se verifique, porque a projeção quantitativa de uma só variável no tempo elimina outras que lhe são concomitantes, solidárias ou contextuais.

Não dispomos ainda de qualquer apuração do Censo de 1960, relativa às pessoas presentes que possuem curso completo (elementar, médio e superior), motivo pelo qual não é possível uma projeção neste sen-

tido. Mas, se a tivéssemos, e fora estimada a projeção, ela sofreria da mesma fraqueza ou debilidade analítica, justamente porque uma projeção ou curva provável de crescimento ou decréscimo só se aproxima da realidade quando as condições dinâmicas das outras variáveis solidárias ou contextuais se mantêm as mesmas.

Conhecer, portanto, a situação das condições culturais-escolares do Brasil é uma tarefa bem mais complexa, se temos em vista a previsão ou prognóstico do seu desenvolvimento, para nele interferir por meio do planejamento.

Aliás, como em todo o mundo, um censo demográfico que procura caracterizar a população por meio de seus atributos etários, geográficos, econômicos, sociais e culturais, mais importantes porque mais indicativos de uma situação de totalidade, é apenas o ponto de partida, o lugar das hipóteses de trabalho e de estudos para o conhecimento de setores, em função dessa totalidade. Mas, nenhum levantamento, pesquisa ou estudo setorial, que se faça complementar ou especificamente, substitui o censo ou o invalida, se êle foi feito segundo rigorosos processos estatístico-científicos.

De modo geral, para sintetizar o que desejamos dizer, o censo demográfico é uma necessária baliza de referência para os estudos, pesquisas e levantamentos em setores específicos (o social, o econômico, o cultural, o institucional, etc.) da sociedade brasileira, sem que, no entanto, seja o censo, por si só, capaz de bastar a esses estudos mais específicos.

Em educação sempre tropeçamos, no Brasil, com a dificuldade de diagnósticos situacionais, concretos, e, também, de prognósticos aceitáveis. Tornou-se célebre, no seu tempo, o debate que se travou entre Teixeira de Freitas e Lourenço Filho, mais ou menos em 1940, sobre o que diziam os números da educação no Brasil. Os mesmos dados estatísticos e censitários serviram de base aos dois eminentes brasileiros, sendo que o primeiro via com amargura um longo período ainda de obscurantismo e de analfabetismo para a maior parte de nossa população, enquanto que o segundo, comparando séries estatísticas anteriores ao Censo de 1920 com as posteriores, via a possibilidade da escolarização primária total dos brasileiros em 10 anos, isto é, no começo da década dos 50.

E, no entanto, nenhum dos dois estava inteiramente certo.

O INEP, durante a administração Anísio Teixeira, procurou fazer o levantamento quantitativo e qualitativo do ensino, em todas as Unidades da Federação, uma por uma. Eu próprio me encarreguei dos Estados de Sta. Catarina, Rio Grande do Sul e Pernambuco, enquanto que outros colegas fizeram os levantamentos dos Estados do Rio, Paraná, Sergipe e Ceará. Infelizmente, porém, a tarefa estava acima, quantitativamente, da pequena equipe disponível para executá-la. E, como essa equipe, em face da própria mobilidade horizontal que se processa em nosso Serviço Público, ao cabo de 2 ou 3 anos, se desfez, o projeto ficou interrompido.

Após os acontecimentos de março-abril de 1964, que deram margem à atual revolução político-institucional, ainda em processo de desenvolvimento e consolidação, o INEP se viu a braços com a questão não só de definir a problemática educacional do País, mas também de avaliar as possibilidades de sua solução segundo as mudanças em andamento.

Ê evidente que o meio mais prático, a curto prazo, não poderia ser senão o levantamento global, quantitativo-qualitativo da situação, por municípios, estados e regiões. A idéia do censo escolar se impôs desde logo, tendo em vista a educação comum do povo brasileiro. Tal censo, apurando uma série conjugada de variáveis demográficas, escolares e culturais, além do critério geográfico de sua distribuição, permitiria um conjunto de correlações multivariadas, dando lugar, finalmente, a uma configuração qualitativa da situação escolar.

A comparação entre os resultados obtidos pelo Censo Escolar com os conjuntos incompletos de séries obtidas através dos censos demográficos e das estatísticas educacionais, a partir de 1940, permitirá reproduzir o desenvolvimento dinâmico dos sistemas escolares do País nos últimos 25 anos e sua inter-relação com o desenvolvimento econômico e social, de que dão conta outros conjuntos de variáveis.

Feito esse estudo comparativo, não apenas a situação atual do ensino se esclarecerá num diagnóstico mais completo e explicativo, como também o prognóstico de desenvolvimento se tornará mais viável, permitindo planejar e impulsionar o crescimento quantitativo e qualitativo do ensino comum brasileiro, inclusive permitindo melhor aplicação dos preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere a esse ensino.

O INEP e seus especialistas têm bem consciência de que o Censo Escolar é, portanto, uma primeira, grande e necessária etapa de estudos e pesquisas, com o objetivo pragmático de planejamento educacional. A partir dele e mediante hipóteses que nele se baseiem, estudos e pesquisas específicos, por meio de amostragem e métodos próprios das ciências sociais aplicadas, se tornarão viáveis, para esclarecer setores e aspectos dos problemas educacionais em relação com a conjuntura social, econômica e política do País, de suas regiões e de suas unidades federativas.

2. Os índices de escolaridade rural e urbana apurados pelo Censo Escolar.

Há um sistema dualista de educação elementar no Brasil, isto é, um sistema de escolas para as áreas urbanas e outro para as áreas rurais, cujas diferenças são quantitativas e qualitativas.

No aspecto quantitativo, o Censo apresenta um dado global, relativo, bastante significativo e que precisa ser explorado em toda sua significação contextual. Do total de 13 935 838 de crianças de ambos os sexos, nas idades de 7 a 14 anos, verificou-se que 9 237 409 estavam freqüentando escolas em 1964, isto é, cerca de 66,3%. Em outras palavras, 33,7% das pessoas de 7 a 14 anos de idade (4 698 429) não freqüentavam escolas, ou porque já as haviam abandonado, ou porque nelas nunca haviam ingressado. (Note-se que nos números acima não está incluída a população do Estado da Guanabara, o Território de Fernando de Noronha e a área rural do Estado de Goiás.)

Se, porém, considerarmos a população urbana e suburbana de um lado, e a população rural de outro, os números absolutos e relativos assumem aspectos distintos.

Do total da população recenseada de 7 a 14 anos, cerca de 51,7% (7 196 784) viviam nas áreas rurais. Destes, apenas 3 700 808 freqüentavam escolas (cerca de 51,4%). Vê-se logo que, dos não freqüentes, cerca de 72,0% moravam em áreas rurais.

Enquanto isso, da população urbana, cerca de 81,2% freqüentavam escolas. Logo, as áreas rurais ficavam muito aquém das urbanas, em matéria de escolarização. Tinham a maior percentagem dos não freqüentes em todo o país (72%) e apenas pouco mais de 51% de suas crianças de 7 a 14 anos estavam na escola, em 1964. As áreas urbanas

não só tinham a menor percentagem dos não freqüentes de todo o país (cerca de 28%), como também a grande maioria de suas crianças em idade escolar estava freqüentando escolas (pouco mais de 81%).

Positiva-se, assim que, quantitativamente, o sistema é dualista: as áreas rurais têm, proporcionalmente, muito menos alunos que as urbanas.

Vejamos agora, tendo em vista as regiões fisiográficas, como as percentagens de freqüência se distribuem pelo país, tendo em vista as idades de 7 a 14 anos:

REGIÕES	FREQÜÊNCIA URBANA E SUBURBANA	FREQÜÊNCIA RURAL	FREQÜÊNCIA TOTAL
Norte	88,8%	56,2%	71,5%
Nordeste	79,72	39,2%	54,4%
Leste	80,2%	48,7%	66,4%
Sul	82,1%	62,2%	72,1%
Centro-Oeste	80,2%	53,0%	71,8%

Pelo quadro acima, nota-se que as percentagens relativas às áreas urbanas e suburbanas não se distanciam muito, entre si, de região para região. É verdade que o Norte se distingue pela alta percentagem de freqüência escolar urbana (88,8%) o que talvez seja um produto da política que adotaram os Territórios e os três Estados que constituem a Região, sob a influência da SPVEA.

Sendo próximas entre si, de região para região, se distanciam, porém, as freqüências escolares nas áreas rurais. O Sul apresenta 62,2%, seguido do Norte e do Centro-Oeste, ao passo que o Nordeste apresenta 39,2%, seguido do Leste com 48,7%. Isto, naturalmente, se reflete na freqüência total, que é mais alta no Sul, seguido de perto pelo Centro-Oeste e o Norte (todas essas regiões com mais de 71%), ao passo que o Nordeste (54,4%) e o Leste (66,4%) ficam muito aquém daquele limite.

Estas percentagens sugerem a hipótese de que o processo de urbanização, permitindo mais fácil escolarização, é que será o principal fator de erradicação do analfabetismo no Brasil. Entretanto, tal hipótese é contraditada pelas condições de habitação rural. Se, no Sul, a população rural é mais ou menos concentrada em núcleos, no Nordeste

e no Leste também o é, ao passo que é muito mais dispersa no Centro-Oeste e no Norte. Nestas duas Regiões a percentagem da população rural concentrada, segundo o Censo de 1960, é de aproximadamente 55% (população com 200 hab. por 35 km- ou 40 casas por 35 km²), ao passo que no Nordeste e no Leste essa percentagem ultrapassa 80%. Ora, a concentração populacional deveria, a prevalear a mesma hipótese da urbanização, favorecer também a escolarização, o que não acontece no Nordeste e no Leste.

A questão parece estar, portanto, nos níveis regionais de riqueza ou de produção. As regiões mais pobres têm suas áreas rurais em extremo atraso econômico e cultural. Além disso, os recursos de que dispõem, para a educação popular, não apenas são insuficientes, mas se aplicam preferentemente nas áreas urbanas.

Naturalmente que se trata também de uma hipótese que precisaria ser investigada em seus diversos elementos, inclusive no que diz respeito aos custos de escolarização e aos investimentos públicos e privados em educação. O que é fato é que o Censo Escolar revela:

- 1) a escolarização nas áreas rurais do país é muito menos intensa que nas áreas urbanas;
- 2) nas regiões pobres e atrasadas em escolarização, a frequência escolar das populações urbanas, de 7 a 14 anos de idade, é quase a mesma, percentualmente, que nas regiões mais ricas e desenvolvidas;
- 3) aquelas regiões pobres, apesar de as áreas rurais terem população mais adensadas e concentradas, são as que apresentam maior deficiência de escolarização rural;
- 4) tudo se passa como se, no Brasil, a escolaridade fosse um privilégio das áreas urbanas, e como se todos os esforços fossem preferentemente feitos em benefício de tais áreas.

Parece-nos, entretanto, que tais esforços são um tanto burlados pelo próprio analfabetismo das áreas rurais. Como a população urbana cresce mais rapidamente que a rural e que a total do país, isto é, mais ou menos à taxa de 5% ao ano, tendo em vista os dados dos censos demográficos de 1950 e 1960, isso evidentemente só é possível mediante o crescente êxodo de habitantes rurais para as cidades e vilas do país. Daí um grande afluxo anual de analfabetos às áreas urbanas, onde a escolarização é necessariamente mais cara, tendo em vista

os custos de instalações e de locais escolares e os custos operacionais da escola. Logo, tudo nos leva a conjecturar sobre se a própria escolaridade urbana não seria mais barata mediante mais intensa escolarização rural do povo brasileiro (neste caso, de caráter profilático-social, em relação às áreas urbanas)!...

É evidente que tais hipóteses ou conjecturas só podem ser verificadas mediante pesquisas complementares ao Censo Escolar; e teriam aspectos dominantes de pesquisas sociais e econômicas aplicadas à explicação de fatos educacionais.

3. As idades de escolarização.

A escola primária brasileira, segundo o Art. 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é obrigatória a partir dos sete anos de idade, e, segundo o Art. 26 e seu parágrafo único, terá no mínimo 4 e no máximo 6 anos ou séries anuais.

Se as matrículas fossem rigorosamente efetuadas por idades e o sistema de promoções substituído pela organização das séries segundo níveis de aprendizagem ou progresso de rendimento escolar, aqueles preceitos legais deveriam significar que, se ainda não integralmente matriculadas todas as crianças de 7, 8, 9 e 10 anos de idade, o maior número de matrículas e de alunos frequentes deveria ser nessas idades.

Ora, o Censo Escolar nos demonstra que isso não acontece, segundo se verifica pela tabela abaixo.

CENSO ESCOLAR DE 1964 - BRASIL
PESSOAS DE 7 A 14 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAM
ESCOLAS - PERCENTAGENS

IDADES	TOTAL	NAS ÁREAS URBANAS	NAS ÁREAS RURAIS
7	47,3	59,9	34,4
8	65,8	83,0	50,0
9	72,3	88,1	57,3
10	73,0	89,5	58,3
11	74,6	89,2	59,9
12	70,8	86,0	55,9
13	66,6	81,1	51,3
14	60,6	74,1	44,9

A tabela assinala que as idades de maior freqüência escolar são as de 9, 10, 11, 12 anos, atingindo seu ponto máximo ou norma estatística a de 11 anos. Note-se também que essa norma e aquelas idades são válidas quer se tenha em vista o total, quer as áreas urbanas ou as rurais.

Em virtude do processo de evasão escolar, que prevalece no país, já estudado por êste Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, podemos admitir que nas áreas urbanas todas as crianças, entre as idades de 7 a 14 anos, chegam à escola, embora nela não permaneçam os 4 anos mínimos, fixados pela Lei. Se 89,2% das crianças de 11 anos estavam estudando em 1964, e se muitas delas iniciaram os estudos aos 7, 8, 9 e 10 anos, como é de supor, também não menos verdade seria que muitas das que iniciaram os estudos antes dos 11 anos abandonaram a escola ainda antes de alcançar esta idade. Não nos parece absurdo supor que êste último contingente corresponda a 10,8% dos que, em 1964, teriam 11 anos. Neste caso seria possível afirmar que todas as crianças das áreas urbanas ou estavam freqüentando escolas ou já as tinham freqüentado. Logo, as cidades e vilas do Brasil estariam dando oportunidade de educação primária comum a todas as crianças em idade escolar, embora de modo insatisfatório, porque tudo indica que uma parte dessas crianças não completa 4 anos de escolaridade mínima.

Esta hipótese pode ser verificada com relativa facilidade quando, dentro de mais algumas semanas, o processamento de dados do Censo Escolar esteja completado, pelo exame da distribuição das matrículas e da freqüência por séries e anos escolares.

Temos, portanto, razão em reafirmar que o maior problema de ensino primário, do ponto-de-vista quantitativo, é ainda o que se refere às áreas rurais. Nelas, a maior freqüência se dá também aos 11 anos, mas apenas 60% das crianças dessa idade estariam estudando.

4. O problema da erradicação do analfabetismo.

Diante dos resultados preliminares do Censo Escolar de 1964, não vemos como o analfabetismo de cerca de 39,5 (Censo Demográfico de 1960) da população adulta brasileira possa ser erradicado a curto prazo, se prevalecer a atual política de um sistema dual de escolas primárias.

Não antes de 50 anos o Brasil terá a sua população rural e dispersa, reduzida a menos de 15%. Se o sistema de escolas, obedecendo ao

critério de atendimento das áreas demograficamente adensadas, continuar a expandir-se com o mesmo ritmo de até agora, só ao fim desse prazo teremos capacidade de oferecer escolas a mais de 85% das crianças em idade escolar primária.

Não se pense que os programas de educação de adultos sejam capazes de corrigir essa manifesta insuficiência das escolas primárias rurais. Também eles atendem preferencialmente às populações urbanas e demograficamente adensadas, pela simples razão de que isso é mais factível.

Além disso, a experiência que tivemos com os Centros-Piloto da Campanha de Erradicação do Analfabetismo, em 10 municípios brasileiros, nos demonstrou sobejamente que, entre a população rarefeita ou dispersa pelo interior, a motivação para a escola é muito difícil, justamente porque a escola, o saber ler e escrever e até o ensino orientado para o trabalho não têm funcionalidade social e econômica para tal população, cujas condições de vida, primitivas e demasiadamente pobres, não abrem vez para a cultura escolar.

Entretanto, justamente graças a essa verificação é que vemos possibilidade de corrigir aquela perspectiva de demorada erradicação do analfabetismo. As áreas rurais atrasadas do Brasil o são em virtude do subdesenvolvimento de várias de suas regiões. Desde que o processo de desenvolvimento social, econômico e político do país se acelere, isso terá reflexos naquelas áreas, possibilitando maior funcionalidade social da escola e, conseqüentemente, não só a sua aceitação, mas também a sua procura.

Embora a educação escolar seja um fator de desenvolvimento social, econômico e político, ela exige certos mínimos sócio-econômicos, inclusive de organização e estrutura social, para atuar positivamente nesse desenvolvimento. Sem isso não terá condições de aclimação social, isto é, de aceitação e procura.

Logo, é de esperar-se que, mediante a ação do IBRA e do INDA, novas instituições que procuram encaminhar a solução dos problemas de distribuição econômica da terra e de desenvolvimento agrário, bem como as conseqüências econômico-sociais do Plano Rodoviário Nacional, da SUDENE, da SPVEA e de outros institutos nacionais de planejamento e execução de políticas de desenvolvimento setorial, os problemas de ensino rural tenham solução de ritmo mais acelerado, corrigindo-se assim a perspectiva pessimista, antes registrada.